

<b>Do Cargo</b>	
<b>Nome do Cargo</b>	<b>Diretor de Cooperação Institucional, Internacional e Inovação</b>
<b>Nível do Cargo</b>	CCE 1.15
<b>Orgão de Atuação</b>	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
<b>Requisitos Legais</b>	<p>DECRETO Nº 11.229, DE 7 DE OUTUBRO DE 2022 - Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do CNPq.</p> <p>PORTARIA CNPQ Nº 1.118, DE 20 DE OUTUBRO DE 2022 que aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e detalha o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Anexo II do Decreto nº 11.229, de 7 de outubro de 2022.</p> <p>DECRETO Nº 10.829, DE 5 DE OUTUBRO DE 2021.</p>
<b>Das Responsabilidades</b>	
<b>Responsabilidades</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Promover e participar das negociações de acordos e convênios federais, estaduais, distritais ou municipais de cooperação nacional de caráter técnico-científico;</li> <li>2. Promover e participar das negociações de acordos e convênios internacionais de cooperação técnico-científica e intercâmbio, no âmbito das ações e dos programas de fomento do CNPq, em articulação com os Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), das Relações Exteriores (MRE) e outros órgãos governamentais;</li> <li>3. Elaborar e executar a política de propriedade intelectual do CNPq, a transferência de tecnologia, o incentivo à inovação e ao empreendedorismo, e gerenciar a concessão de prêmios científicos, tecnológicos e de inovação, nacionais e internacionais;</li> <li>4. Propor, supervisionar e dirigir as atividades de desenvolvimento científico e tecnológico relacionadas aos programas e projetos emanados de parcerias institucionais, internacionais e de inovação,</li> <li>5. Fomentar projetos de pesquisa institucionais e a implementação permanente de ações e políticas públicas em CT&amp;I; e</li> <li>6. Fornecer os dados sob sua gestão e informações às unidades internas e partes interessadas, por meio de suas unidades administrativas, em conformidade com a legislação, em especial a Lei Geral de Proteção de Dados e a Lei de Acesso à Informação.</li> </ol>
<b>Escopo de Gestão/Equipe de Trabalho</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Serviço de Apoio Administrativo;</li> <li>2. Coordenação-Geral de Cooperação Internacional em CT&amp;I; <ol style="list-style-type: none"> <li>2.1 Coordenação de Negociação, Assessoramento e Estudos Internacionais;</li> <li>2.2 Coordenação de Fomento a Programas Internacionais;</li> <li>2.3 Coordenação de Credenciamento à Importação, Incentivo Fiscal; <ol style="list-style-type: none"> <li>a) Serviço de Credenciamento e Incentivo Fiscal;</li> <li>b) Serviço de Importação;</li> </ol> </li> </ol> </li> <li>3. Coordenação-Geral de Cooperação Nacional em CT&amp;I; <ol style="list-style-type: none"> <li>3.1 Coordenação de Programas Acadêmicos;</li> <li>3.2 Coordenação de Programas e Projetos Multicêntricos;</li> <li>3.3 Coordenação de Programas em Parcerias Estaduais;</li> </ol> </li> <li>4. Coordenação-Geral de Promoção à Inovação e ao Transbordamento do Conhecimento em CT&amp;I;</li> </ol>

	<p>4.1 Coordenação de Propriedade Intelectual, Negociação e Prospeção de Parcerias;</p> <p>4.2 Coordenação de Programas de Incentivo à Inovação e ao Empreendedorismo;</p> <p>4.3 Coordenação de Execução e Difusão de Prêmios Nacionais e Internacionais em CT&amp;I.</p>
<b>Dos Critérios Obrigatórios</b>	
<b>Critérios Gerais</b>	<p>Conforme a <a href="#">Lei nº 14.204, de 2021</a>:</p> <p>Art. 9º São critérios gerais para a ocupação de cargos em comissão e de funções de confiança na administração pública federal direta, autárquica e fundacional:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. idoneidade moral e reputação ilibada;</li> <li>2. perfil profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo em comissão ou com a função de confiança para o qual tenha sido indicado; e</li> <li>3. não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.</li> </ol>
<b>Critérios Específicos</b>	<p>Conforme o <a href="#">Decreto nº 10.829, de 2021</a>.</p> <p>Art. 19. Além do disposto no art. 15, os ocupantes de CCE ou de FCE de níveis 15 a 17 atenderão, no mínimo, a um dos seguintes critérios específicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. possuir experiência profissional de, no mínimo, seis anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função; ou</li> <li>2. ter ocupado cargo em comissão ou função de confiança equivalente a CCE de nível 13 ou superior em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, seis anos; ou</li> <li>3. possuir título de mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função; ou</li> <li>4. ter realizado ações de desenvolvimento de liderança, estabelecidas pelo Ministério da Economia, com carga horária mínima de cento e vinte horas.</li> </ol>
<b>Dos Requisitos Desejáveis</b>	

<b>Formação e Experiência Desejáveis</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Formação acadêmica em nível de Doutorado em qualquer área do conhecimento;</li> <li>2. Experiência em projetos envolvendo gestão de equipes e processos;</li> <li>3. Experiência gerencial em atividades de coordenação e gestão pública nas áreas de ciência, tecnologia ou inovação junto às esferas federal, estadual ou municipal ou à iniciativa privada; e</li> <li>4. Atuação prévia na pesquisa científica ou tecnológica, preferencialmente multi ou interdisciplinar;</li> <li>5. Domínio da língua inglesa; e,</li> <li>6. Domínio de uma segunda língua estrangeira</li> </ol>
<b>Competências Desejáveis</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b>Gerenciamento</b> - gerenciar as estratégias definidas pelo CNPq, por intermédio das necessárias negociações, resoluções de problemas e ajustes no processo de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação das ações de CT&amp;I sob sua responsabilidade;</li> <li>2. <b>Articulação e negociação</b> - identificar, articular, negociar e estabelecer parcerias e alianças com os atores sociais, econômicos e políticos relevantes, necessárias ao alcance dos resultados pretendidos;</li> <li>3. <b>Liderança</b> - mobilizar os atores para a realização dos objetivos institucionais e dos projetos e programas definidos, em especial por meio de negociação;</li> <li>4. <b>Gestão de Recursos</b> - capacidade de gerir recursos e serviços para prover a efetiva funcionalidade da instituição, de forma eficaz e eficiente, respeitando os princípios de sustentabilidade;</li> <li>5. <b>Gestão de Pessoas</b> - capacidade de gerir pessoas para obter um alto desempenho institucional e individual, promovendo o bem-estar e o reconhecimento da equipe;</li> <li>6. <b>Visão de Futuro:</b> Capacidade para imaginar e prospectar futuros, de traçar diretrizes estratégicas para a organização e para a sociedade, tendo por base as características históricas, o contexto e as tendências em âmbito local, regional, nacional e internacional, aliada à capacidade para imaginar e prospectar cenários para além do futuro imediato.</li> <li>7. <b>Comunicação Estratégica</b> - Capacidade de comunicar propósitos, planos e estratégias, de estabelecer uma comunicação que represente e legitime a atuação da organização.</li> <li>8. <b>Mentalidade Digital</b> - Integrar as tecnologias digitais com os modelos de gestão, com a geração de produtos e serviços, com as estratégias de relacionamento e atendimento aos usuários e com os processos decisórios, viabilizando a celeridade e efetividade dos serviços prestados aos usuários e cidadãos;</li> </ol>
<b>Outros Requisitos Desejáveis</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Experiência no estabelecimento e na manutenção de contatos e acordos com representantes de instituições estrangeiras;</li> <li>2. Atuação em áreas envolvendo gestão de políticas públicas em CT&amp;I; e</li> <li>3. Experiência profissional em gestão de acordos, convênios e/ou chamadas públicas envolvendo parcerias entre o setor público, empresas e/ou outras instituições públicas;</li> </ol>